

Empresários condenam Constituinte e governo

Brasília — Fotos de Luciano Andrade

BRASÍLIA — Em contundente discurso contra o governo e a Constituinte, o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos, convocou as classes produtoras para "uma ação decisiva na defesa dos sadios princípios do capitalismo moderno, da economia de mercado, da livre iniciativa e da democracia social". Na condição de coordenador da União Brasileira de Empresários (UBE), Oliveira Santos deu posse ao conselho consultivo da entidade, afirmando à platéia de empresários, fazendeiros e banqueiros de todo o país: "Esse é o nosso pacto".

— Deixem a iniciativa privada em paz — clamou em seguida Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, quando se referia aos constituintes e às autoridades, dois grupos ausentes da solenidade, realizada na sede da Confederação Nacional do Comércio. Chegando ao prédio, Ermírio foi recebido efusivamente por Oliveira Santos: "Meu presidente". A saída, disse aos jornalistas: "Pelo amor de Deus, nem me falem em presidência da República". Mas Antônio Ermírio acabou defendendo eleição direta para o sucessor de Sarney "o mais rápido possível".

Ao iniciar seu discurso de cinco páginas, Oliveira Santos advertiu que aquela não era apenas mais uma reunião de empresários, mas "um brado de alerta". Num momento em que "a ordem e a tranquilidade econômico-social se vêem ameaçadas pela inflação galopante, com perspectivas de recessão e desemprego", segundo ele, "os empresários entendem chegada a hora da união nacional".

O presidente da CNC e coordenador da UBE enumerou os pontos do projeto da Sistematização que desagradam as classes produtoras e que representam, na sua opinião, "uma ameaça": estabilidade no emprego, pagamento de horas extras em dobro, restrições aos contratos a termo, proibição de empresas intermediarem a prestação de serviços, não prescrição do direito trabalhista, restrição ao direito de propriedade e "outros dispositivos pseudo-proteccionistas".

Galinheiro — O auditório da CNC, no térreo do prédio de seis andares, foi insuficiente para abrigar todos os representantes patronais que vieram a Brasília para a solenidade. Muitos deles ficaram de pé, sob forte calor, mas outros preferiram permanecer no hall de entrada, assistindo a tudo por um telão instalado pela organização impecável. Desde cedo foram distribuídos os textos e os nomes dos novos 74 conselheiros — entre eles Sérgio Quintella (Montreal Empreendimentos), Lázaro de Melo Brandão (Bradesco), Leonídio Ribeiro Filho (Companhia Internacional de Seguros).

Antônio Ermírio não esteve no coquetel, no sexto andar, mas foi a figura mais cumprimentada de toda a solenidade. No trecho mais aplaudido de seu discurso, apontou falhas no desempenho do governo e protestou:

— Em meio a toda essa incerteza, vem o governo e nos diz: ou o empresário investe ou paga mais imposto. Esse mesmo governo que, em tempo recorde, queimou nossas valiosas divisas, desarrumou o sistema de preços e jogou o empresariado na maior insegurança.

Depois do discurso, cercado por repórteres, fotógrafos, flashes de televisão, Antônio Ermírio disse que no exterior o Brasil "está mais sujo do que pau de galinheiro" e que, "como falta credibilidade ao país, é mais fácil mandar o homem à Lua do que conseguir uma boa renegociação da dívida externa". Logo atrás dele, o esquecido presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, era todo sorrisos.



Oliveira Santos

Decisão é conquistar os votos de cada um

Os empresários decidiram não esperar mais o governo encaminhar na Constituinte os seus interesses e resolveram conquistar pessoalmente o apoio parlamentar de que precisam para derubar temas incômodos como a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho. Quarta-feira, na sede da CNI (Confederação Nacional da Indústria), foi formalizada a criação de um grupo de mobilização pró-livre iniciativa, que se articulará com a Constituinte.

Esse movimento tem afinidades com grande parte do *Centrão*, que se articulou na Constituinte, mas não quer vincular-se integralmente a este grupo por considerá-lo demasiadamente ligado a questões políticas de interesse do governo, como parlamentarismo e mandato presidencial. O *Centrão* será estimulado na medida em que defende alterações nas propostas econômicas votadas na Sistematização, mas não terá apoio para manter o presidencialismo ou o mandato de cinco anos para Sarney.

Opinião — "Não tomamos partido do grupo do Covas, do grupo A ou do grupo B. É claro que as teses do *Centrão* vêm de encontro às nossas, no sentido de aperfeiçoar a Constituição no aspecto econômico. Mas nós não entramos na questão política. Isso é da opinião pessoal de cada um", afirma Artur João Donato, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e que é parlamentarista.

— A turma que tem peso resolveu agora botar esse peso na mesa. Essa reunião foi muito importante — destaca o secretário particular dos presidentes Geisel e Figueiredo, Heitor Aquino. Ele compareceu à reunião dos empresários, como assessor da Bolsa de Valores do Rio.

— O movimento atual dos empresários é comparável ao dos trabalhadores, quando criaram as centrais sindicais — acrescenta o empresário Paulo Francini.

Na reunião, havia empresários de todas as posições políticas — aurelianistas, malufistas, funaristas, pemedebistas etc.

Decisões — Dentro do movimento de defesa da livre iniciativa, foram criadas duas assessorias específicas. Uma de contato com os constituintes e outra de apoio jurídico. Da reunião de quarta-feira participaram os presidentes da CNI, Albano Franco; CACB (Confederação das Associações Comerciais do Brasil); Amaury Temporal; CNTT (Confederação Nacional dos Transportes Terrestres); Camilo Cola; CNC (Confederação Nacional do Comércio); Antônio Oliveira Santos; e Febraban, Antônio de Pádua Rocha Diniz.

Os empresários decidiram funcionar em caráter permanente, já que não podem mais se dar ao luxo de perderem uma votação como aconteceu na Sistematização. Resolveram também não eleger uma emenda específica para apoiar — vão trabalhar com várias alternativas. O ponto de referência, na Constituinte, será mesmo o *Centrão*.

Numa análise das 300 assinaturas que o *Centrão* obteve, os empresários calcularam que cerca de 150 são exclusivamente de parlamentares decididos a modificar a proposta de estabilidade no emprego. O movimento ganhou força com a expressiva presença de empresários na posse da nova diretoria da UBE, ontem à tarde. A ação do grupo foi resumida numa frase de Antônio Ermírio de Moraes, ao defender que todos os congressistas sejam procurados pessoalmente. "Devemos ter agora uma ação decisiva na Constituinte", disse ele.

Segundo Heitor de Aquino, a frase de Ermírio deve ser entendida no seu sentido mais lógico: "Ação decisiva é uma ação que decide. É isso que os empresários vão fazer agora".



O empresariado levanta a voz: Ermírio, Albano, Cola e Oliveira (discursando)

Gravidade da crise pára investimentos

Não é apenas a indefinição da Constituinte que tira o sono dos empresários. O marasmo do governo na área econômica, junto com uma moratória externa da qual o país não sabe sair, provocou a paralisação nos investimentos. "Como se não bastasse a indefinição de natureza institucional, temos o total descontrole das finanças públicas, que agrava a questão econômica", disse o vice-diretor-presidente da Montreal Empreendimentos, Sérgio Quintella, um conjunto de oito empresas que emprega cerca de 14 mil pessoas.

Membro do Conselho Monetário Nacional e vinculado ao PFL, Quintella não poupa críticas ao governo e à Constituinte: "Conseguimos manter, a muito custo, os nossos funcionários este ano. Mas, em 1987, investimos menos do que em 1986. Não posso me orgulhar dessa informação, mas tenho certeza de que ela representa a regra geral das empresas brasileiras. Afinal, quem investirá neste país, diante de tantas indefinições na área governamental e institucional?"

Para Giulite Coutinho, que concentra seus negócios numa *trading company*, a Forlab Chitec, e na fábrica de móveis Oca, "a situação está relativamente controlada, apenas porque buscamos uma saída no mercado externo. O momento é muito complexo e, com a diminuição do mercado interno, tivemos que intensificar os negócios no exterior, o que foi de certa forma facilitado pelo maior realismo cambial em que o país hoje vive".

O vice-presidente da Duratex, Laerte Setúbal Filho, afirmou que "o jeito, para enfrentar a crise, é reduzir os custos e buscar maior eficiência nas empresas, inclusive enxugando as estruturas de cada negócio". Escaldado com a crise ocorrida com o Plano Cruzado, Setúbal esclarece que, mesmo que o mercado cresça, está agora preocupado em evitar a euforia. "Nenhum empresário brasileiro hoje vai descuidar do ritmo da produção e contratar novos funcionários de qualquer jeito, como já aconteceu. A palavra de ordem, agora, é moderação".

Ex-diretor do Banco Central e ex-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, atualmente no Banco Econômico, está muito preocupado com a renegociação da dívida externa, lamentando a interferência de constituintes nas conversas com os credores. "É uma questão financeira e não política", disse Brandão.



Ermírio: Brasil na companhia do Gabão

Os principais trechos dos discursos

Oliveira Santos:

- "As classes produtoras (...) sentem-se no dever e na obrigação inadiável de alertar a sociedade brasileira para a ameaça que representam os primeiros resultados alcançados pela Comissão de Sistematização".
- "A esdrúxula exigência de 10% de funcionários com idade superior a 45 anos é exemplo típico da demagogia e do zelo paternalista com que se está moldando a nossa Carta Magna".
- "O Brasil enfrenta, no momento, uma crise de confiança sem precedentes".
- "A ação política de uma minoria radical ativista, bem organizada e obediente a uma dialética marxista, desafia as tradições e conquistas do passado, acenando ao povo com benefícios sociais muito acima das reais possibilidades do Estado e com promessas de uma política redistributiva contraditória".
- "Nesse momento tão importante e delicado da vida nacional, surgem, no horizonte próximo, as ameaças de uma nova calamidade nacional, traduzida nesses dispositivos improvisados e dissociados da realidade, que se contém no projeto de Constituinte".
- "A transição dos governos militares para a democracia plena operou-se, no Brasil, sem que houvesse qualquer ruptura institucional. Para selar a transição, convocou-se a Constituinte. O risco que agora nos preocupa é de que a Constituinte provoque a ruptura que se procurou evitar".
- "A julgar pelos projetos emendados da Comissão de Sistematização, estamos arriscados a ter uma Constituição progressista nas intenções e falimentarista nos resultados".
- "Este é um alerta contra os perigos que ameaçam a sociedade, contra uma tentativa perigosa de subversão da ordem econômica

natural, que se esforça em colocar o Brasil na contramão da História. A agressão ao setor econômico é uma falsa opção pelo progresso e pela justiça social."

Antônio Ermírio:

- "Somos um país que se diz baseado na livre iniciativa, mas nossos governantes insistem em intervir na empresa. Eles, que, na sua maioria, nunca produziram nada, jamais correram o risco de investir. Acostumados geralmente a pagar folhas de salários com impostos arrecadados por aqueles que criam riquezas".
- "A institucionalização do oportunismo é o pior sinal que os governantes podem dar aos governados. Isso é próprio dos governantes pequenos que, ao invés de pensar nas próximas gerações — como fazem os estadistas — pensam exclusivamente nas próximas eleições".
- "Nenhuma economia se levanta quando o governo insiste em desmoralizá-la (...) Esse é o caso brasileiro".
- "Nas portas do século XXI, este país tem ainda 5 milhões de brasileiros com doença de chagas e 6 milhões de portadores de esquistossomose, 6,5 milhões de doentes mentais. Recrudescem a febre amarela, o dengue, a tuberculose e a malária".
- "Governantes e constituintes não deveriam se surpreender com a onda de descrédito que hoje se espalha neste país. Afinal, não se pode desprezar impunemente tanta gente durante tanto tempo. A desconfiança é a primeira reação de um povo tolerante".

O mais grave é que essa desconfiança já extravazou nossas fronteiras. No cenário mundial, o Brasil — junto com o Gabão — foi o país que mais perdeu credibilidade nos últimos meses".

"Centrão" exclui sistema e mandato

Ênfase nos temas sociais e econômicos torna mais fácil a união do grupo

BRASÍLIA — O *Centrão* — a maior aglutinação de forças na Constituinte, composta por cerca de 300 parlamentares, capaz portanto de redigir outra Constituição — decidiu excluir o sistema de governo e o mandato do presidente José Sarney das negociações que pretende realizar para alterar o relatório do deputado Bernardo Cabral. O grupo vai se concentrar nos temas relacionados com a ordem econômica e social, como a estabilidade e a jornada de trabalho. A informação é dos integrantes da comissão criada para coletar emendas.

O governo, que havia se aproveitado do movimento na esperança de fazer prevalecer o sistema presidencialista e o mandato de cinco anos para Sarney, vê com isso ameaçada a possibilidade de esse grande contingente de parlamentares endossar em bloco suas reivindicações. Foi inclusive com esse propósito que o Palácio do Planalto determinou o ingresso do Centro Democrático do PMDB no grupo originariamente composto por parlamentares considerados independentes, ou seja, sem vinculação com facções partidárias.

— Sistema de governo e mandato do presidente José Sarney são temas proibidos no *Centrão* — avisa o coordenador da comissão temática, deputado José Lins (PFL-CE), com o apoio do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), outro que trabalha na coleta de emendas. O motivo dessa decisão é que no grupo também há divisão quanto aos dois temas.

Permissão — Os principais líderes do movimento não estão muito preocupados com a possibilidade de a Mesa da Constituinte vetar a apresentação de emendas substitutivas, o que era o maior receio do presidente Ulysses Guimarães e dos progressistas. Eles acham que a simples permissão para apresentação de emendas em plenário atende a seus objetivos. Na verdade, se os líderes do *Centrão* quisessem, poderiam se

aliar ao governo, via Centro Democrático, na questão do sistema de governo e do mandato, através de trocas de apoio. Por exemplo: um parlamentarista contrário à jornada de trabalho de 44 horas, como consta do substitutivo atual, poderia trocar seu voto no sistema de governo com um presidencialista que a defende.

Os líderes do *Centrão* perceberam, no entanto, que a tendência conservadora em torno das questões econômicas e sociais une muito mais os constituintes do que os temas políticos propriamente. A comissão temática, integrada por oito parlamentares de diversos partidos, resolveu, por isso, catalogar os temas que unem e que justificam o movimento. São eles: reforma agrária, estabilidade, definição mais clara sobre o uso do subsolo, jornada de trabalho, participação dos empregados nas gestões das empresas, especificação da plataforma continental, poupança externa e conversão da dívida, entre outras.

Negociação — O governo também se sente derrotado porque achou que a rebelião na Constituinte poderia facilitar, com a alteração do regimento, a apresentação de um substitutivo ao texto de Bernardo Cabral, em cuja confecção já estava trabalhando o consultor-geral da República, Saulo Ramos. Mas o deputado Ulysses Guimarães sentiu que a reabertura do prazo para emendas satisfazia os interesses do grupo e passou a negociar isso com os líderes.

A negociação do *Centrão* com Ulysses é que está retardando a apresentação formal do projeto de resolução que altera o regimento. O grupo, até o fim da tarde de ontem, tinha confirmado o apoio de 297 parlamentares e esperava que, até o fim da noite, houvesse mais de 300 assinaturas.

O governo, no entanto, ainda alimenta a expectativa de que o Centro Democrático consiga apoios isolados no *Centrão* para aprovar o presidencialismo. Os próprios líderes do movimento admitem que, numa ação isolada, o Planalto consiga adesões para o sistema de governo, mas ninguém garante que cheguem ao número regimentalmente exigido (280), como eles conseguiram para os temas econômicos e sociais.